



97 Relatório Anual

M

ensagem aos associados

Certamente 1997 ficará registrado na história da PREVI como o ano em que os mais acalorados debates envolveram o nome da Entidade. Com a aprovação do novo Estatuto, foram concretizadas as reivindicações de quase duas décadas encaminhadas pelo Corpo Social, como a ampliação dos benefícios, a derrubada das discriminações e o restabelecimento da igualdade entre todos os associados. O novo Estatuto introduz, também, o mais avançado modelo de administração de um fundo de pensão, que estabelece a gestão compartilhada entre os participantes e a patrocinadora. 1997 será lembrado como o ano em que a PREVI, através de um contrato com o Banco do Brasil, voltou a registrar em suas contas os valores para honrar o compromisso inalienável que tem com os funcionários admitidos pela empresa antes de abril de 1967, conforme exigência da legislação da previdência complementar. É nunca pairaram dúvidas sobre a jamais descumprido pelo Banco, e coragem política suficiente para decorrente do regime de legislação dos fundos de pensão. Mas esses duros embates em torno alertar os associados sobre as Previdência e sua importância para evitar que seja instrumentalizada por os objetivos elevados e permanentes Ninguém mais que o próprio enfraquecimento e inviabilização da PREVI, e por isso mesmo ele é que tem que ser o principal responsável por sua defesa.

Nesse ano, a postura da PREVI, como um grande investidor determinado e independente ficou evidenciada. A presença de um fundo de pensão de empregados de uma empresa estatal nos leilões de privatização de outras estatais é um tema dos mais delicados, mas a PREVI já tem um histórico de discussões de sua atuação, não apenas com o funcionalismo do Banco do Brasil, mas também com as representações dos empregados das empresas incluídas no programa de desestatização. Por isso, a presença da PREVI nos leilões de privatização foi uma constante em 97. Um dos negócios que entrará para a história econômica e política do País foi o leilão da Companhia Vale do Rio Doce. Essa terá sido, pelo simbolismo, uma das mais dramáticas privatizações de nossa

sempre necessário esclarecer que legitimidade do acordo de 1981, que foi produto, àquela época, de equacionar o déficit técnico capitalização introduzido pela editada pouco antes.

do Estatuto tiveram o mérito de questões que envolvem a Caixa de a vida de todos. Exatamente para outros interesses incompatíveis com que deram origem à sua criação.

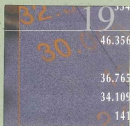
associado será prejudicado pelo

história. Diante da inevitabilidade do evento, qualquer que fosse a nossa posição, a PREVI atuou no sentido de evitar o que alguns consideram o mal maior: a desnacionalização de uma das empresas de maior importância para a economia nacional.

A PREVI está plenamente consciente de que não deve cultivar veleidades de administrar empresas, e que, portanto, não pode prescindir de parceiros. Mas, da mesma forma que esses parceiros merecem todo respeito e consideração, a PREVI, como os demais fundos de pensão e outros acionistas minoritários, não pode ser negligenciada no momento da distribuição dos frutos de seus investimentos.

É fundamental, na presente prestação de contas, que todos atentem para os números que indicam que o patrimônio da PREVI não foi comprometido pelas conquistas do novo Estatuto e nem pelo contrato relativo ao pessoal de 67. Pelo contrário, mesmo com a crise o registro do valor das ações nos da PREVI cresceu 22,63% em resultado torna-se ainda mais parte da carteira de renda variável controle. Embora pelas normas legais valor de suas ações em bolsas, o ações baseia-se no desempenho empresas, sendo, na maioria das Da parte desta Diretoria, bem como administração da PREVI, os associados podem ter a mais absoluta certeza de que procuramos agir com firmeza, mas sem rompantes; com pertinácia, mas evitando confrontos estéreis; com dignidade e sem estrelismos, como aliás se deve esperar de uma entidade que tem consciência de sua força e que deve, acima de tudo, respeitar essa tradição de nossa coletividade, o funcionalismo do Banco do Brasil.

Se é isso o que os associados poderiam exigir de nós, com certeza, também, o que esperávamos deles é que respaldassem com seu apoio e firmeza as propostas que encaminhamos no decorrer do ano findo. Isso de fato ocorreu, o que permitiu à PREVI escrever mais essa página de vitórias e de afirmação em sua história.



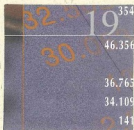
como propalaram vozes alarmistas, nas Bolsas de Valores, que impactou últimos meses do ano, o patrimônio relação ao do ano anterior. Esse expressivo quando se sabe que boa da PREVI é composta por ações de seu registro contábil se efetue pelo valor efetivamente pago por essas futuro e na rentabilidade das vezes, superior ao cotado em bolsa: de todo o pessoal envolvido na

Índice

2 Mensagem aos associados

7 PREVI em Grandes Números

8 Aconteceu em 1997



11 Uma nova PREVI

O novo Plano de Benefícios
Correção dos benefícios
Mudanças na gestão
Carteira de Pecúlios
Empréstimo Simples

15 Soluções para Grandes Problemas

Financiamento Imobiliário
Contrato do pessoal de 67

19 Negócios e investimentos

Renda Variável
Aquisições
Renda Fixa
Investimentos imobiliários
Outros negócios

23 Administração

Gerenciando talentos humanos
Aperfeiçoamento tecnológico e de sistemas
Memória

25 Composição da Administração

27 Demonstrações Contábeis

D

B

P

REVI em grandes números

	1995	1996	1997
Associados	128.714	124.317	118.982
Ativos	92.303	85.234	76.784
Aposentados	36.411	39.083	42.198
Contribuintes Externos	3.286	3.230	3.336
Ativos	2.932	2.144	1.610
Aposentados	354	1.086	1.726
Benefícios em Manutenção	46.356	50.368	54.637
Aposentadorias	36.765	40.169	43.924
Tempo de serviço	34.109	37.216	40.671
Velhice	141	134	134
Invalidez	2.515	2.819	3.119
Pensões	9.591	10.199	10.713
			Valores em Reais
Recursos Garantidores (*)	14.692.164.014,17	18.701.646.988,51	22.010.683.680,89
Receitas Previdenciais	1.783.987.575,98	948.217.165,95	942.809.378,75
Despesas Previdenciais	1.366.841.210,50	419.768.696,55	811.222.480,59

(*) Os Recursos Garantidores correspondem ao total do Ativo deduzidos o Exigível Operacional e o Exigível Contingencial.



Aconteceu em 1997

Janeiro

- A PREVI divulga a aquisição de 25% da Tigre, maior fabricante de tubos e conexões do País.

Fevereiro

- Os cálculos de simulado de aposentadoria, empréstimo simples, devolução de contribuições e pecúlios são disponibilizados na Rede do Banco do Brasil.

Março

- É concluída a compra do edifício Birmann 21. Prédio com padrão AAA, localizado na Marginal Pinheiros, pólo de desenvolvimento de escritórios em São Paulo.

Abril

- A PREVI é o primeiro fundo de pensão no País a ter uma *homepage* na Internet.
- Pela primeira vez, o Relatório Anual é remetido para todos os associados, em suas residências.
- O edifício Birmann 21 é totalmente alugado. O contrato de locação é o maior da América Latina, em termos de valores.

Mai

- O Consórcio Brasil, integrado pela PREVI, vence o leilão da Companhia Vale do Rio Doce.
- É criado grupo de trabalho (GT-Carim) para análise macroeconômica e jurídica da Carteira Imobiliária.

Junho

- O Consórcio Americel, integrado pela PREVI, vence o leilão para a exploração da Banda B de telefonia celular na área 7 (Centro-Oeste, Distrito Federal, Acre, Rondônia e Tocantins).

Julho

- 1º turno da votação do Novo Estatuto e Novo Regulamento do Plano de Benefícios, que contemplam as principais reivindicações feitas pelos associados nos últimos anos.
- O Consórcio integrado pela PREVI vence o leilão da Coelba-Companhia de Eletricidade da Bahia, distribuidora que atende dois milhões de pessoas em 413 municípios baianos.

Agosto

- O SIM vence, mas o não atingimento do quorum impede a aprovação do Novo Estatuto. A PREVI começa a receber as primeiras reivindicações para a realização de um segundo turno.

Setembro

- O Consórcio Santos Brasil, integrado pela PREVI, vence a disputa pelo arrendamento do terminal que mais movimentava contêineres no Brasil; o TECON I (Porto de Santos).

Outubro

- O consórcio integrado pela PREVI vence o leilão para aquisição da Norte-Nordeste (atual Rio Grande Energia), uma das três companhias em que foi dividida a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). A distribuidora atende a 262 municípios, área que abrange 32% de todo o Rio Grande do Sul.
- Lançamento do Faxpresso, veículo de comunicação semanal destinado a associações de funcionários e sindicatos.

Novembro

- Aprovação do Novo Estatuto e Novo Plano de Benefícios. O SIM recebeu 55.969 votos (57,66% dos votantes).
- O consórcio integrado pela PREVI vence o leilão para aquisição da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), distribuidora de

energia que detém os melhores indicadores de eficiência e qualidade do País.

- Aprovação, pela Diretoria, da participação da PREVI no Complexo Turístico Sauípe, um dos maiores do mundo, localizado nas proximidades de Salvador.

Dezembro

- Homologação do Novo Estatuto e do Novo Plano de Benefícios pela Secretaria da Previdência Complementar e publicação no Diário Oficial da União. É restabelecida a igualdade entre os participantes.
- Assinatura do contrato de 67, que consolida as responsabilidades do Banco do Brasil (com o custeio) e da PREVI (com o pagamento) com o pessoal admitido até 14.04.67.
- O consórcio integrado pela PREVI vence o leilão para aquisição da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern), quarta empresa privatizada do sistema de gestão compartilhada da Eletrobrás.
- A PREVI fecha o ano com ativos de R\$ 22,9 bilhões, apresentando superávit de R\$ 429,6 milhões, além de um fundo de cobertura de oscilação de riscos de R\$ 1,3 bilhão, e provisões contingenciais relativas a benefícios e investimentos da ordem de R\$ 796 milhões. O crescimento dos ativos em relação ao exercício anterior é de 22,63%.
- A Diretoria aprova as seguintes propostas do GT-Carim: adequação dos saldos devedores; transferência de contratos; possibilidade de redução das prestações; gestões para utilização do FGTS.



...contemp...
...ato ou no Reg...
...os Nº 01, serã...
...fixadas pelo...
...emprega...
...antes por...
...m o que...
...Lei nº...
...do do Bra...
...ciativo...
...rência no...
...os direit...
...ntes, en...
...do do Bra...
...dar acord...
...brigações...
...e Estatuto...
...benefici...
...particip...
...62. A res...
...benefícios...
...e outras...
...cial ou a...
...terá vir...
...Banco do...
...matemá...
...ndentes...

...os I a III, e na...
...Estatuto, ser...
...ria com o obj...
...que trata o p...
...posteriorme...
...do artigo 45...
...assumirão o...
...participações...
...observados se...
...consonância...
...e 42;
...na hipótese...
...a apli...
...sutar var...
...será...
...VII...

Uma nova PREVI

U

ma nova PREVI

Um ano decisivo. Assim podemos definir 1997 para a PREVI. As discussões e mudanças decorrentes do propósito de se redefinir a Caixa de Previdência marcaram profundamente o período, quando associados e patrocinadora buscaram acertar o passo com a contemporaneidade.

A discussão sobre previdência, que aconteceu em diversos segmentos da sociedade brasileira, tornou o momento propício para que se pudesse dimensionar a extensão das mudanças propostas na Reforma do Estatuto da PREVI. Já há algum tempo vinham sendo identificadas distorções, decorrentes do Estatuto então em vigor e de alterações legais posteriores, que atingiam o conjunto dos associados e acabaram por criar grupos que diferiam no que dizia respeito aos cálculos da contribuição e do benefício e ao tempo de filiação para ter direito ao complemento.

O novo Plano de Benefícios

Resultado de anos de debates com associados e entidades de funcionários de todo o País, as alterações propostas exigiram um longo processo de negociações, que envolveu o Banco do Brasil e os representantes do funcionalismo. A inclusão do marido ou companheiro como dependente, a criação da aposentadoria antecipada e a eliminação do limite de três vezes o teto da Previdência para o cálculo de benefícios foram reivindicações importantes contempladas pelo novo Estatuto.

A esses pontos somam-se outros igualmente expressivos como a melhoria da base de contribuição com a utilização da média dos últimos 36 salários de participação, corrigidos pelo IGP-DI, no cálculo do salário real de benefício, a redução do tempo de filiação para a obtenção dos benefícios e a permanência dos filhos como dependentes até 24 anos.

O tempo de carência para ter direito aos benefícios foi reduzido de 20 anos para 180 meses. Foi criado o Complemento de Aposentadoria Antecipada para superar a exigência da idade mínima de 55 anos, prevista para a concessão do complemento aos associados que se filiaram a partir de janeiro de 1978. Outra melhoria foi a instituição da alternativa de os participantes que tenham, no mínimo, 50 anos de idade poderem receber o Complemento de Aposentadoria Antecipada, mesmo que não estejam aposentados pela Previdência Oficial.

Foi implementada, também, a possibilidade de recebimento da diferença entre a reserva matemática de aposentadoria programada e a reserva de poupança para os associados que, ao serem exonerados do Banco do Brasil, optarem pelo recebimento de suas contribuições à PREVI. Outra mudança foi a eliminação da carência de cinco anos de filiação para o recebimento das contribuições para o participante que se exonera.

O associado que se aposenta pelo INSS antes de ter efetuado 180 contribuições mensais para o plano também foi beneficiado, passando a ter direito ao recebimento da devolução de contribuições.

No decorrer de 1997, ao serem exonerados do Banco do Brasil, 3.304 participantes optaram por receber suas contribuições pessoais; 419 permaneceram na condição de contribuintes externos e 4 escolheram suspender o pagamento das contribuições para posterior recebimento de uma renda.

Correção dos benefícios

Com o objetivo de manter o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões, adotou-se a correção pelo IGP-DI. O desatrelamento da correção dos benefícios dos reajustes salariais concedidos pelo Banco do Brasil foi uma decisão que favoreceu a todos os

aposentados e pensionistas. Enquanto que, em 97, os salários dos associados da ativa não sofreram nenhum reajuste, os aposentados e pensionistas obtiveram, em dezembro, a correção de 5,69% em seus benefícios, retroativos a junho.

A extensão dessas conquistas pode ser melhor avaliada quando examinamos o universo das pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à PREVI. Dentre associados, pensionistas e dependentes, a PREVI está na vida de 393.040 pessoas.

Durante 1997, 3.589 associados se aposentaram, sendo 3.110 por tempo de serviço e 479 por invalidez. Também foram pagos 514 novos complementos de pensões. O percentual médio de participação da PREVI nesses benefícios foi de 79,22 %, enquanto o INSS contribuiu com 20,78 %.

Mudanças na gestão

O novo Estatuto amplia a participação dos associados, inclusive dos aposentados, na administração da PREVI. A estrutura organizacional da PREVI passa a ser composta pelo Conselho Deliberativo, pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

As diretrizes da PREVI passam a ser aprovadas pelo Conselho Deliberativo, composto por quatro membros eleitos pelos associados e três indicados pelo Banco do Brasil e respectivos suplentes. Presidido por um dos representantes eleitos, o Conselho Deliberativo tem atribuições semelhantes às de um conselho de administração de uma empresa de capital aberto. A criação de um Conselho Deliberativo, com a participação do Banco e dos associados, agrega à estrutura da PREVI um órgão destinado a pensar e a definir os rumos da Instituição.

A Diretoria Executiva, responsável pela execução das diretrizes definidas pelo Conselho Deliberativo, passa a ter seis membros: três indicados pelo Banco do Brasil (Presidente, Diretor de Administração e Diretor de Investimentos) e três eleitos pelos associados (Diretor de Planejamento, Diretor de Participações e Diretor de Seguridade). Anteriormente, a Diretoria Executiva era composta exclusivamente por três dirigentes indicados pelo Banco.

A composição do Conselho Fiscal também foi alterada: agora são cinco conselheiros, sendo três eleitos pelos associados e dois indicados pelo Banco do Brasil, além dos respectivos suplentes.

A implantação do novo Estatuto encerra um tempo de diferenças e injustiças e representa a consolidação de um modelo de gestão mais democrático, onde associados e patrocinadora dividirão igualmente a responsabilidade de procurar conduzir com acerto o futuro da PREVI.

Carteira de Pecúlios

Em 1997, os valores básicos dos pecúlios foram reajustados. A elevação ocorreu em função do reajuste do teto de contribuição para a Previdência Oficial, que passou a ser de R\$ 1.031,87. Com isso, a soma dos pecúlios Ordinário e Adicionais, no final do ano, passou a R\$ 41.274,80 (40 vezes o teto do INSS, limite permitido pela legislação). Este valor se repete para os pecúlios Especial e Invalidez.

Por conta desse reajuste, as contribuições para os planos de pecúlios, que estavam congeladas há mais de dois anos, também foram corrigidas. O reajuste das contribuições – fundamentado em parecer técnico-atuaria – decorreu também do crescimento de sinistros, da elevação da média etária dos funcionários do Banco do Brasil e da falta de ingresso de novos associados.

A CAPEC possui contabilidade própria, que não se confunde com a do plano de aposentadorias e pensões. Seus recursos são constituídos por contribuições dos associados, sem participação do Banco do Brasil. Seu regime financeiro é o de repartição simples.


Pecúlios pagos em 1997

Tipos de pecúlios	Total de Ocorrências	Beneficiários
Pecúlio por morte	738	Designados pelo participante
Pecúlio Especial	209	Participante em caso de morte de cônjuge
Pecúlio Invalidez	387	Participante aposentado por invalidez pela Previdência Oficial

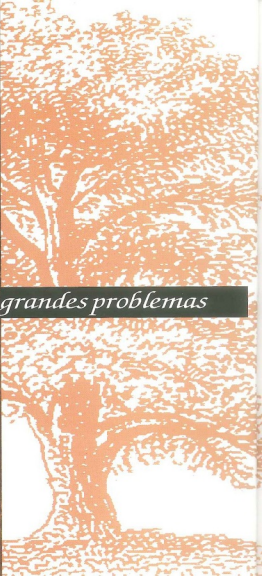
Empréstimo Simples

Ainda na linha de operações com associados, a PREVI concedeu/renovou 45.888 empréstimos simples, o que representou a liberação de R\$ 294.058.800,00. Em dezembro, R\$ 424.784.231,49 estavam comprometidos nesta modalidade de operação, representando 1,86% dos ativos de investimentos.





Soluções para grandes problemas



Financiamento Imobiliário

Com a aprovação do novo Estatuto e a derrubada das discriminações existentes, certamente novos problemas se elevariam à condição de principais questões a serem resolvidas pela PREVI, como reivindicações maiores dos associados.

Em recente pesquisa realizada, envolvendo o país inteiro, foi detectado que as maiores reivindicações atuais relacionam-se com a Carteira Imobiliária, a CARIM, e dizem respeito aos saldos devedores e ao valor das prestações, bem como à possibilidade de reabertura dos financiamentos imobiliários.

Relativamente a esse último item, a partir de 1990, 56.585 associados foram chamados e 37.447 novos financiamentos foram concedidos. À época, até 17% dos recursos garantidores de um fundo de pensão poderiam ser investidos em operações com os participantes. Posteriormente, o Conselho Monetário Nacional baixou novas normas, reduzindo o limite para 10% e, depois, para 7%, percentuais fixados somente para financiamentos imobiliários. Ao final de 97, a CARIM mantinha 46.422 contratos em ser, cujos saldos devedores representavam 13,24% dos ativos de investimentos da PREVI.

Mesmo assim, a Diretoria vem mantendo entendimentos com outros agentes e negociando a possibilidade de financiamentos em condições mais favoráveis do que as oferecidas pelo mercado para os associados da PREVI. Com relação aos saldos devedores dos financiamentos concedidos desde 1990, que são os que apresentam maiores distorções, a PREVI constituiu, em maio de 1997, um Grupo de Trabalho com a incumbência

de analisar e apresentar soluções para essas questões. O GT, depois de alguns meses de estudo, concluiu que o problema principal residia no descasamento entre o índice de correção necessário para reconstituir o valor emprestado e aqueles índices oficiais estabelecidos no contrato.

O Grupo de Trabalho apresentou propostas que podem permitir a redução dos saldos devedores de até 92% dos contratos firmados desde 1990, não de forma linear, mas conforme tenham sido impactados pelos índices oficiais de correção.

Foram discutidas pelo GT outras questões de interesse dos mutuários, como a possibilidade de transferência de titularidade dos imóveis e de utilização do FGTS para redução dos saldos e das prestações.

Segundo o cronograma estabelecido pela Diretoria, essas medidas deverão ser implementadas no primeiro semestre de 1998.

Contrato do pessoal de 67

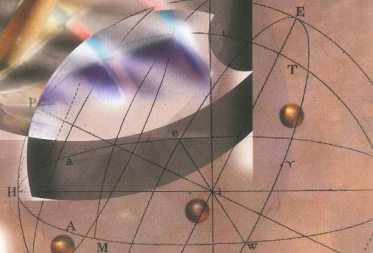
O ano de 1997 trouxe uma conquista histórica para os associados da PREVI com posse no Banco do Brasil até 14.04.67 - a assinatura de um contrato que consolida as responsabilidades do Banco, com o custeio, e da PREVI, com o pagamento, dos benefícios deste grupo. Após mais de um ano de negociações, as diretorias da PREVI e do Banco equacionaram as questões relativas ao grupo de 67, em consonância com as determinações da Secretaria da Previdência Complementar.

Pela sistemática até então adotada, esses participantes recebiam seus benefícios da PREVI, que era ressarcida pelo Banco. Nesse sistema, conhecido como regime de caixa, não existe formação de reservas que garantam os compromissos. Com a assinatura do contrato foi adotado o regime financeiro de capitalização para o conjunto desses associados, com a formação das reservas necessárias, de maneira idêntica à existente para os admitidos após 14.04.67.

Do montante deste compromisso, avaliado atuarialmente à época da assinatura do contrato em R\$ 10.959.481.182,00, 46,3% foram imediatamente destinados à formação das reservas correspondentes, enquanto que os 53,7% restantes serão integralizados pelo Banco num prazo de até 32 anos. Importa ressaltar que, nada obstante essa primeira integralização parcial, o Banco do Brasil se compromete a continuar contribuindo para a PREVI com a importância equivalente ao total mensal dos benefícios desse grupo. A responsabilidade do Banco do Brasil, relativa aos riscos atuariais, perdura enquanto existir no conjunto dos participantes da PREVI qualquer um dos associados admitidos até 67.



Negócios e Investimentos



Negócios e investimentos

A PREVI fechou o ano de 1997 com ativos totais no valor de R\$ 22.960.358.385,34, apresentando crescimento de 22,63%, em relação ao exercício anterior, quando atingiu R\$ 18.722.844.442,17.

O ano de 1997 foi marcado pela presença da PREVI nos leilões de privatização. Participando direta ou indiretamente de oito leilões, a PREVI venceu sete. Os investimentos foram concentrados nos setores de energia elétrica, mineração, telefonia, transporte e portos.

Para acompanhar o desempenho dessas e de outras empresas participadas, a PREVI vem se fazendo representar nos conselhos de administração e fiscal. Os conselheiros indicados conjugam interesses da PREVI, dos demais sócios e da empresa. Ao final do ano, a PREVI tinha 117 conselheiros indicados para os conselhos de administração e fiscal de 45 empresas, sendo 78 titulares e 39 suplentes.

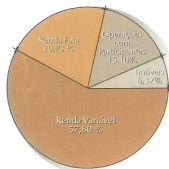
Seguindo as diretrizes de investimento definidas para o exercício, a Caixa de Previdência, além de participar das privatizações, procurou diversificar suas aplicações, incorporando à sua carteira projetos de turismo e lazer.

Renda Variável

Ao final do exercício, a PREVI tinha R\$ 13.196.937.182,67 aplicados em sua carteira de renda variável, o que equivalia a 57,80% do total dos ativos de investimentos.

Durante todo o primeiro semestre o mercado acionário teve bom desempenho. Já no final do ano, o cenário financeiro internacional sofreu profundas alterações em decorrência da crise asiática,

Composição dos Ativos de Investimentos



iniciada em Hong Kong. Durante a crise, a queda do índice Bovespa foi significativa, de um máximo de 12.778 pontos em 1º de outubro para um mínimo de 8.564 pontos em 28 de outubro. O valor das ações da Telebrás, por exemplo, variou nesse período de R\$ 162,50 para R\$ 85,00. Uma queda nominal de 33% no índice e 47,7% em Telebrás.

Mas ao contrário do que se poderia supor, esses tremores ocasionais nas Bolsas de Valores não comprometem a estabilidade de um investidor institucional como a PREVI, que se orienta pelo longo prazo. Operando na mão inversa dos especuladores que objetivam grandes lucros no curto prazo, é exatamente nas grandes quedas que a PREVI acentua sua presença como grande compradora. Pela mesma razão, sua participação como vendedora torna-se patente nos momentos de alta. Esse movimento faz com que a PREVI reduza cada vez mais o custo de sua carteira de ações.

Portanto, justamente quando se difunde a impressão de que os fundos de pensão tiveram grandes perdas nas Bolsas é que eles, paradoxalmente, estão tendo condições de preparar seus maiores ganhos.

Aquisições

As aquisições da PREVI no ano de 1997 se concentraram nas privatizações. Nesse processo, a PREVI buscou a parceria de sócios estratégicos que, com sua experiência, agregaram valor não só à atuação da Caixa nos leilões quanto ao próprio trabalho de reestruturação das empresas. Foram investidos cerca de R\$ 2,8 bilhões em privatizações.

Um dos negócios realizados esse ano e que entrará para a história econômica do País foi a compra da Companhia Vale do Rio Doce, maior exportadora brasileira, com um faturamento de R\$ 3,2 bilhões em 97. A participação na Companhia Vale do Rio Doce foi definida como estratégica pela diretoria da PREVI, não só pela importância da Companhia, mas também pela presença da Caixa nos setores siderúrgico e de mineração.

A PREVI já possuía, anteriormente à privatização, mais de 8% das ações ordinárias da empresa, que se desvalorizariam caso ela não viesse a integrar o grupo controlador. Preservar a participação na Vale do Rio Doce tinha, ainda, aspecto estratégico de resguardar os investimentos da Caixa no setor siderúrgico, uma vez que a própria Vale do Rio Doce participa da Usiminas (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) e, em decorrência, da Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista), da CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão) e da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), onde, por sua vez, a PREVI também é acionista. A participação na Vale reforçou os investimentos da PREVI nas áreas de siderurgia, mineração, transporte, portos e celulose.

No setor de energia elétrica, a PREVI integrou os consórcios vencedores dos leilões da Coelba (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia); da Rio Grande Energia - área 3 (regiões Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul) da CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica); da CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz) e da Cosern (Companhia Energética do Rio Grande do Norte). Na Rio Grande Energia e CPFL, a PREVI participou dos leilões através dos fundos de investimentos do Banco do Brasil.

A vitória do consórcio Santos Brasil na disputa pelo Tecon I (Terminal

de Contêineres de Santos) marcou a entrada da PREVI na privatização do setor portuário.

No setor de telecomunicações, a PREVI integrou o consórcio vencedor do leilão para exploração da área 7 (Centro-Oeste, Distrito Federal, Acre, Rondônia e Tocantins) da Banda B de telefonia celular. Veja as aquisições da PREVI nas privatizações de 1997:

Principais Aquisições

Aquisição	Setor	Observações
Cia. Vale do Rio Doce	Mineração	Maior exportadora brasileira e líder mundial no segmento de minério de ferro.
Banda B da Telefonia Celular	Telecomunicações	O País tem sido palco da maior concorrência para telefonia celular privada em andamento no mundo. Através do consórcio Americal, a PREVI venceu o leilão de licitação da telefonia celular da Banda B, região 7.
Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	Energético	Maior distribuidora de energia do Nordeste, que atende 2 milhões de pessoas em 413 municípios baianos.
Cia. Estadual de Energia Elétrica - CEEE-RS	Energético	Foi adquirida participação na Norte-Nordeste (atual Rio Grande Energia), uma das 3 companhias em que foi dividida a CEEE. A Rio Grande Energia atende a uma área com 262 municípios, que abrange 32% do Rio Grande do Sul.
Cia. Paulista de Força e Luz - CPFL	Energético	É a quarta maior distribuidora de energia do País e a segunda de São Paulo. Detém os melhores indicadores de eficiência e qualidade do setor no Brasil.
Cia. Energética do Rio Grande do Norte - Cosern	Energético	Quarta empresa privatizada do sistema de gestão compartilhada da Eletrobras.
Terminal de Contêineres de Santos - Tecon I	Portuário	Terminal que mais movimentou contêineres no País. Pelo Tecon I transitam 35% de todos os contêineres que passam pelo Porto de Santos, o maior da América Latina.

Renda Fixa

Ao final de 97, a PREVI tinha um volume de R\$ 4.733.157.795,18 aplicados em renda fixa, representando 20,73% dos ativos de investimentos. As aplicações da PREVI em renda fixa estão divididas em seis fundos, sendo um da carteira própria e os outros administrados pelo Banco do Brasil.

Investimentos imobiliários

Ao final do exercício, os investimentos imobiliários somavam R\$ 1.454.088.559,15, que correspondiam a 6,37% dos ativos de investimentos. Essas aplicações estavam distribuídas conforme abaixo:

Composição da Carteira de Imóveis

Investimentos Imobiliários	%
Edificações para renda	47,09
Imóveis em construção	20,44
Investimentos em shopping centers	21,22
Edificações locadas à patrocinadora	6,62
Quotas de participação	3,65
Edificações para uso próprio	0,48
Terrenos	0,32
Alienação de Imóveis	0,18

Obs : Classificação conforme Plano de Contas padrão da Secretaria da Previdência Complementar.

Assessorada por empresas profissionais do ramo, a PREVI desenvolveu em 97 amplo trabalho de reavaliação, que abrangeu

cerca de 98% de seus imóveis. A redução do nível de vacância foi outra prioridade da área de imóveis. Ao final do ano, apenas 8,29% das unidades estavam vagas, enquanto em dezembro/96 esse percentual chegava a 18,78%. Merece destaque a locação do edifício Birmann 21, aproximadamente 32 mil m² de área privativa, localizado na Zona Sul de São Paulo, maior contrato de locação da América Latina.

Principais Investimentos Imobiliários

Shopping	Cidade	Adquirido em 97 (%)	Total PREVI (%)
Ribeirão Shopping	Ribeirão Preto (SP)	20	20
Barrashopping	Rio de Janeiro (RJ)	15	15
Morumbishopping	São Paulo (SP)	15	15
Shopping Metrô Tatuapé	São Paulo (SP)	2,7	66
Shopping Neumarkt	Blumenau (SC)	20	20
Empreendimento	Cidade	Adquirido em 97 (%)	Total PREVI (%)
Edifício Birmann 21	São Paulo (SP)	44	96
Magic Park	Aparecida (SP)	49	49
Centro de Distribuição Guararapes	Recife (PE)	100	100
Edifício São Luiz	São Paulo (SP)	34	34
Edifício Crystal Tower	Barueri (SP)	100	100
Candelária Corporate	Rio de Janeiro (RJ)	15	66

Outros negócios

Com o auxílio de consultores externos, a PREVI traçou o cenário das áreas de turismo, lazer e saúde. Com base no resultado desse trabalho, foi adquirida parte do Magic Park, parque temático localizado na cidade paulista de Aparecida, e aprovada a participação no Complexo Turístico de Sauípe, localizado nas proximidades de Salvador (BA).



Gerenciando talentos humanos

No ano de 97, a PREVI também se preocupou em investir no aprimoramento de seus recursos humanos. Foram treinados 199 funcionários (60% do quadro), totalizando 437 treinamentos ao longo do ano, nas áreas jurídica, contábil/financeira, investimento, recursos humanos e informática, o que representou uma média de 73 horas/aula por funcionário. O objetivo é elevar o nível de profissionalização da PREVI ao mesmo patamar das melhores empresas do País.

Dirigentes e funcionários da alta administração participaram de cursos de especialização no Brasil e no exterior. Gerentes foram capacitados em suas áreas de atuação a nível de pós-graduação.

A PREVI trabalhou ainda na racionalização dos métodos de trabalho, através da manualização de normas e procedimentos, sendo o segundo órgão a incluir seus normativos e instruções no Livro de Instruções Codificadas do Banco do Brasil - LIC.

A adequação da estrutura organizacional da PREVI ao novo Estatuto teve início no ano de 1997 e deverá estar concluída no primeiro semestre de 1998.

Aperfeiçoamento tecnológico e de sistemas

Seguindo as diretrizes administrativas traçadas para capacitar a área de informática para o pleno atendimento das demandas dos associados, em 1997 a PREVI investiu com vigor no aperfeiçoamento tecnológico. Os resultados desta decisão serão percebidos já no primeiro semestre de 1998.

Com um orçamento de R\$ 6,1 milhões, a PREVI aumentou a capacidade de processamento de dados em 700% e modernizou seus equipamentos com a aquisição de 6 novos servidores e a incorporação de 104 novos microcomputadores à rede interna.

Sete grandes sistemas foram concebidos e outros 12 estão em andamento para dotar a PREVI de controles modernos e eficazes. Para isso, foram desenvolvidas 16 mil novas funções de bancos de dados.

Todo esse investimento tem o objetivo, também, de permitir o aperfeiçoamento e a ampliação do acesso dos associados às informações de seu interesse através de diversos meios eletrônicos, como a rede do Banco do Brasil, a Internet e a Renpac, da Embratel.

M*emória*

Na vigência de seu mandato como Presidente do Conselho Fiscal da PREVI, faleceu, em 07.08.97, o colega Geraldo Luiz de Azevedo.

28



Dono de uma trajetória brilhante dentro do Banco do Brasil, Geraldo conciliava competência e seriedade, com uma grande sensibilidade no trato com as pessoas e uma incontida alegria de viver. Seu notável senso de participação em entidades de funcionários fez dele um dos fundadores da APABB, Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiências dos Funcionários do Banco do Brasil. Geraldinho, como era mais conhecido, deixa um exemplo de vida solidária e construtiva, mas também, com certeza, uma grande sensação de perda e vazio entre nós.

D

emonstrações Contábeis

6.702.468,07

791.709,24

18.712.158.900,14

5.944.198.358,32

8.357.830.458,44

9.319.178,20 9.319.178,20

2.326.506,37 2.326.506,37

9.551.789,09 9.551.789,09

378

Balço Patrimonial - Exercício de 1997

1997

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
DISPONÍVEL	9.909.383,96	2,64	EXIGÍVEL OPERACIONAL	153.003.253,17	21.197.453,66
REALIZÁVEL	22.942.061.407,40	18.719.653.077,45	Programa Previdencial	149.019.859,42	9.319.178,20
Programa Previdencial	110.996.655,77	6.702.468,07	Programa Assistencial	-	-
Programa Assistencial	-	-	Programa Administrativo	2.818.563,30	2.326.506,37
Programa Administrativo	168.530,28	791.709,24	Programa de Investimentos	1.164.830,45	9.551.769,09
Programa de Investimentos	22.830.896.221,35	18.712.158.900,14	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	796.671.451,28	-
Renda Fixa	4.733.157.795,18	5.944.198.358,32	Programa Previdencial	101.244.725,73	-
Renda Variável	13.196.937.182,67	8.357.830.458,44	Programa Assistencial	-	-
Investimentos Imobiliários	1.454.088.559,15	1.143.378.881,25	Programa Administrativo	-	-
Operações com Participantes	3.446.712.684,35	3.266.751.202,13	Programa de Investimentos	695.426.725,55	-
Operações com Patrocinadoras	-	-	RESERVAS TÉCNICAS	20.406.515.256,41	13.488.375.356,25
Outros Investimentos	-	-	RESERVAS MATEMÁTICAS	19.976.915.198,69	10.790.700.285,00
PERMANENTE	8.387.593,98	3.191.362,08	Benefícios Concedidos	16.132.001.034,20	3.962.733.262,00
			Benefícios a Conceder	9.757.482.682,60	6.827.967.023,00
			Reservas a Amortizar(-)	(5.912.568.518,11)	-
			RESULTADO ACUMULADO	429.600.057,72	2.697.675.071,25
			Superávit Técnico	429.600.057,72	2.697.675.071,25
			Reserva de Contingência	429.600.057,72	2.697.675.071,25
			Reserva p/ Ajuste do Plano	-	-
			Déficit Técnico (-)	-	-
			FUNDOS	1.604.168.424,48	5.213.271.632,26
			Programa Previdencial	1.365.889.434,47	5.024.975.342,55
			Programa Assistencial	-	-
			Programa Administrativo	14.360.132,88	9.779.265,85
			Programa de Investimentos	223.918.857,13	178.517.023,86
TOTAL DO ATIVO	22.960.358.385,34	18.722.844.442,17	TOTAL DO PASSIVO	22.960.358.385,34	18.722.844.442,17

Jair Antonio Bilachi
Presidente
CPF: 784.914.958-00

Claudio Salgueiro Garcia Munhoz
Diretor de Administração
CPF: 314.368.111-00

Luz Eduardo Guimarães Rodrigues
Contador
CPF: 111.111-11

Marília Vieira M. C. Castro
Atuária
CPF: 111.111-11

Demonstração de Resultados - Exercício de 1997

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

PROGRAMA PREVIDENCIAL

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receitas	942.809.378,75	948.217.165,95
Despesas	(811.222.480,59)	(419.768.696,55)
Recursos oriundos/transferidos para Programa Assistencial	-	-
Custeio administrativo	(44.793.981,74)	(35.399.813,59)
Recursos oriundos do Programa Administrativo	-	-
Resultado dos investimentos previdenciais	3.172.417.891,23	3.483.886.585,22
Saldo disponível para constituições	3.259.210.807,65	3.976.935.241,03
Formação/Reversão de Reservas Matemáticas	(9.186.214.913,69)	987.294.643,00
Formação/Reversão de fundos	3.658.929.092,51	(3.476.855.667,84)
Atualização/Reversão dos resultados de exercícios anteriores	2.697.675.071,25	-
Resultado do exercício	429.600.057,72	1.487.374.216,19
Superávit/Déficit Técnico	(429.600.057,72)	(1.487.374.216,19)

PROGRAMA ASSISTENCIAL

Receitas	-	-
Despesas	-	-
Recursos oriundos/ transferidos para o Programa Previdencial	-	-
Custeio administrativo	-	-
Recursos oriundos do Programa Administrativo	-	-
Resultados dos investimentos assistenciais	-	-
Saldo disponível para constituições	-	-
Formação/Reversão de fundos	-	-

PROGRAMA ADMINISTRATIVO

Recursos oriundos de outros Programas	44.793.981,74	35.399.813,59
Receitas	1.998.170,05	4.014.792,63
Despesas	(45.182.419,71)	(40.844.345,53)
Recursos transferidos para outros programas	-	-
Resultados dos investimentos administrativos	2.971.134,95	1.727.557,51
Saldo disponível para constituições	4.580.867,03	297.818,20
Formação/Reversão de fundos	(4.580.867,03)	(297.818,20)

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Renda Fixa	1.252.422.734,30	1.307.923.914,90
Receitas	1.271.421.751,76	1.309.426.655,96
Despesas	(18.999.017,46)	(1.502.741,06)
Renda Variável	2.125.711.035,36	1.852.299.987,17
Receitas	7.743.624.474,90	4.348.483.376,56
Despesas	(5.617.913.439,54)	(2.496.183.389,39)
Investimentos Imobiliários	85.524.865,45	24.056.675,60
Receitas	314.134.036,93	63.333.479,06
Despesas	(228.609.171,48)	(39.276.803,46)
Operações com Participantes	469.908.347,08	340.442.134,88
Receitas	504.568.640,23	344.625.038,52
Despesas	(34.660.293,15)	(4.182.903,64)

Demonstração de Resultados - Exercício de 1997

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Operações com Patrocinadoras	-	-
Receitas	-	-
Despesas	-	-
Outros investimentos	-	-
Receitas	-	-
Despesas	-	-
Relacionadas com o Disponível	(17.349.397,19)	19,38
Receitas	815,24	85,35
Despesas	(17.350.212,43)	(65,97)
Contingências	(695.426.725,55)	(44.143,04)
Receitas	-	-
Despesas	(695.426.725,55)	(44.143,04)
Resultados recebidos/transferidos para outros programas	(3.175.389.026,18)	(3.485.614.142,73)
Saldo disponível para constituições	45.401.833,27	39.064.446,16
Formação/Reversão de Fundos	(45.401.833,27)	(39.064.446,16)

Demonstração do Fluxo Financeiro - Exercício de 1997

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
PROGRAMA PREVIDENCIAL	268.081.301,84	521.181.527,56
Entradas	6.203.726.310,37	990.826.988,99
Saídas	(5.935.645.008,53)	(469.645.461,43)
PROGRAMA ASSISTENCIAL	-	-
Entradas	-	-
Saídas	-	-
PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(47.265.245,67)	(36.228.491,12)
Entradas	2.802.733,47	4.054.445,27
Saídas	(50.067.979,14)	(40.282.936,39)
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	(210.906.674,85)	(484.953.034,25)
Renda Fixa	2.463.463.297,44	439.537.399,34
Renda Variável	(2.713.367.248,87)	(794.907.623,44)
Investimentos Imobiliários	(233.859.514,46)	(175.991.010,63)
Operações com Participantes	290.113.850,46	46.364.038,06
Operações com Patrocinador(s)	-	-
Outros Investimentos	-	-
Relacionadas com o Disponível	(17.257.059,42)	19,38
Contingências	-	44.143,04
FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	9.909.381,32	-2,19
VARIACÃO NAS DISPONIBILIDADES	9.909.381,32	-2,19



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E DE 1996.

1* CONTEXTO OPERACIONAL

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI - é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, através do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, e da Secretaria da Previdência Complementar, e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

A Entidade tem como objetivo principal conceder a seus participantes e respectivos dependentes complementação de benefícios previdenciais. Os recursos de que a Entidade dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de suas patrocinadoras, essencialmente o Banco do Brasil S.A. e de seus participantes, e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução nº 2.324, de 30 de outubro de 1996, do Conselho Monetário Nacional.

2* APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A PREVI apresenta suas Demonstrações Contábeis de acordo com a legislação específica das Entidades Fechadas de Previdência Privada, implementada pelas Portarias nº 1461 de 23 de novembro de 1995, retificada em 28 de março de 1996 e 10 de julho de 1996; nº 168, de 30 de janeiro de 1996, nº 176, de 26 de março de 1996, republicada em 10 de julho de 1996 e retificada em 23 de janeiro de 1997, e pelo Ofício Circular nº 7/SPC/GAB, de 8 de julho de 1996, da Secretaria da Previdência Complementar.

As principais práticas adotadas pela Entidade são resumidas a seguir:

2.1 Os componentes da demonstração de resultado são ajustados e complementados quanto aos seguintes aspectos: encargos referentes à depreciação e amortização, apurados em registros auxiliares conforme a legislação em vigor.

2.2 Os saldos do fluxo financeiro derivam-se das variações ocorridas nos respectivos programas - previdencial, administrativo e de investimentos. Nos programas previdencial e administrativo, as entradas e saídas são apresentadas em separado, ao passo que, no programa de investimentos, são apresentadas por subgrupo.

2.3 As receitas e despesas são lançadas segundo o regime de competência, excluindo-se as receitas de dividendos e de bonificações, em dinheiro, provenientes de investimentos em ações escrituradas pelo regime de caixa.

2.4 Os títulos e valores mobiliários, com exceção das ações e dos títulos prefixados, são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os títulos prefixados são consignados por ocasião de sua aplicação pelo valor de resgate final, sendo os rendimentos apropriados até a data do vencimento da operação em conta retificadora.

2.5 Os ágios e deságios sucedidos na aquisição de títulos foram corrigidos e amortizados mensalmente à despesa ou receita pro rata dia, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título.

2.6 As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, e ajustadas ao valor de mercado, que é determinado pela cotação média das ações na data mais próxima à do balanço na Bolsa de Valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez. A variação oriunda da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício.

As ações que não foram negociadas em Bolsa de Valores por período superior a seis meses, assim como as ações de companhias com registro exclusivamente para negociação no mercado de balcão, foram avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou custo, dos dois o menor.

2.7 Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição e reavaliação, corrigidos pela variação da Ufir, até 31 de dezembro de 1995, e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa de 2% ao ano e de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação.

As instalações são demonstradas ao custo de aquisição e depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

As quotas de participação, em empreendimentos imobiliários, apresentam-se ao custo de aquisição e estão amortizadas à taxa de 2% ao ano.

2.8 As operações com participantes correspondem a empréstimos simples e financiamentos imobiliários, estando incluídas em seus saldos as parcelas concernentes aos valores de principal, atualização monetária e juros até a data do balanço.

2.9 Os bens que constituem o permanente estão devidamente corrigidos pela variação da Ufir, até 31 de dezembro de 1995, e são depreciados pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens, como se segue:

Percentual ao ano

Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%
Computadores e periféricos	20%



No diferido estão registrados os gastos com software, que são amortizados à taxa de 20% ao ano.

Os gastos com o Plano Diretor de Informática - PDI, também estão contabilizados neste grupo e serão amortizados após a implementação total dos sistemas.

2.10 No período de janeiro a novembro de 1997, em continuidade ao procedimento adotado no exercício de 1996, as receitas e despesas previdenciais relativas aos participantes com posse até 14 de abril de 1967, foram contabilizadas e simultaneamente estornadas no Programa Previdencial.

Tais despesas correspondem ao total do complemento de aposentadoria pago a esses participantes, enquanto que as receitas referem-se à diferença entre o referido total e 75% do valor das contribuições vertidas pelos mesmos e pela patrocinadora, quando em atividade.

A partir de 1º de dezembro de 1997, com base em contrato firmado com o Banco do Brasil S.A., em 24 de dezembro de 1997, o procedimento até então adotado foi alterado, sendo que a contribuição mensal da patrocinadora - equivalente ao total das despesas com complemento de aposentadorias pagas - passou a ser contabilizada como "Contribuição Amortizante Ordinária" (53,6883529% do total das despesas) e o restante como "Contribuição Amortizante Antecipada".

2.11 Foi constituída provisão para devedores duvidosos em montante suficiente para cobrir perdas na realização de seus ativos.

3- OPERAÇÕES COM PATROCINADORAS

O Banco do Brasil S.A. é a principal patrocinadora e contribuinte da Entidade, à qual assegura a manutenção de seus planos de benefícios. Durante os exercícios de 1997 e 1996, a Entidade efetuou diversas transações com o Banco e com sua empresa subsidiária BB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., as quais procedem de suas operações normais.

O Banco do Brasil S.A. é responsável pelo processamento da folha de pagamento dos participantes ativos, assistidos e beneficiários, base para o recebimento das contribuições, e pela manutenção e segurança do sistema de cadastro de participantes, que serve de base para os cálculos atuariais para determinação das reservas matemáticas.

4- PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro, a Entidade possuía os seguintes investimentos em garantia das reservas técnicas:

	1997	1996
Renda Fixa	4.733.157.795,18	5.944.198.358,32
Letras do Tesouro Nacional	116.552.679,50	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	186.898.537,27
Títulos de Responsabilidade do Banco Central	-	634.486.893,20
Certificado de Depósito Bancário	628.436,64	691.118.770,88
Letras Hipotecárias	-	12.537.016,44
Quotas de Fundos de Investimento Financeiro - Renda Fixa	4.315.683.775,38	4.017.483.418,10
Debêntures não Conversíveis - Instituições Financeiras	20.695.338,14	296.236.180,57
Outros Títulos	-	2.530.958,59
Obrigações de Empresas	-	175.070,21
Debêntures Conversíveis - Títulos de Empresas	107.219.812,12	102.731.513,06
Debêntures não Conversíveis - Títulos de Empresas	172.377.753,40	-
Renda Variável	13.196.937.382,67	8.357.830.458,44
Mercado à Vista	8.336.776.514,80	7.263.685.152,42
Mercado de Opções	552.318.669,42	43.337.510,64
Bônus de Subscrição de Ações	212.989.280,84	141.045.588,16
Ações de Companhias Abertas Desestatizadas - PND	399.998.743,65	403.622.748,95
Empréstimos de Ações	13.284.525,24	19.441.406,26
Quotas de Fundos de Ações	3.579.973.671,32	446.532.041,61
Fundos de Investimento Imobiliário	26.361.940,00	40.166.010,40
Quotas de Fundos de Empresas Emergentes	772.245,65	-
Debêntures não Conversíveis com participação nos lucros	74.461.491,75	-
Investimentos Imobiliários	1.454.088.559,15	1.143.378.881,25
Terrenos	4.595.444,95	2.862.364,54
Imóveis em Construção	297.237.815,08	192.850.347,91

Notas Explicativas



	1997	1996
Quotas de Participação	53.088.204,44	29.794.333,08
Edificações para Uso Próprio	7.009.369,40	6.574.292,42
Edificações Locadas à Patrocinadora	96.285.831,83	102.890.040,42
Edificações para Renda	684.711.840,31	650.489.685,12
Investimentos em Shopping Center	308.605.214,31	155.368.796,07
Alienações de Imóveis	2.554.838,81	2.549.021,69
Operações com Participantes	3.446.712.684,35	3.266.751.202,13
Empréstimos	424.784.231,49	447.423.190,50
Financiamentos Imobiliários	3.021.928.452,86	2.819.328.011,63
ATIVO REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS	22.830.896.221,35	18.712.158.900,14
Exigível Operacional de Investimentos (-)	(1.164.830,45)	(9.551.769,09)
ATIVO LÍQUIDO DE INVESTIMENTOS	22.829.731.390,90	18.702.607.131,05

Em 30 de setembro e em 30 de novembro de 1997, a Entidade efetuou, com base em laudos de peritos independentes, a reavaliação de 97,4% de seus imóveis, adquiridos até 1996, em consonância com a Resolução nº 2.324, de 30 de outubro de 1996. Essa reavaliação propiciou uma elevação líquida no valor dos imóveis reavaliados no montante de R\$29.063.967,66, a valores de 31 de dezembro de 1997, conforme demonstrado a seguir:

LOCALIZAÇÃO	EMPRESA AVALIADORA	DATA	VALOR DE REAVALIAÇÃO	VALOR CONTÁBIL	AJUSTE
TERRENO Rua São Claret, 505 - MG	ENAPE ENG. AVAL	30.11.97	3.600.000,00	2.956.638,07	643.361,93
SUBTOTAL			3.600.000,00	2.956.638,07	643.361,93
EDIFICAÇÕES PARA USO PRÓPRIO Praia do Flamengo, 78 (RJ)	PREDICTOR AVAL	30.11.97	7.038.447,00	6.428.072,67	610.374,33
SUBTOTAL			7.038.447,00	6.428.072,67	610.374,33

EDIFICAÇÕES LOCADAS À PATROCINADORA

SCL 406, bloco B - IJ01/10 - DF	ENCEBÉ	30.09.97	1.350.000,00	1.426.511,87	(76.511,87)
SCN Quadra 1, entrada 77 bloco A - DF	ENCEBÉ	30.09.97	7.296.000,00	5.716.911,21	1.579.088,79
Avenida Paulista 2.163 - SP	URBANO MÉTRICA	30.09.97	38.200.000,00	45.245.906,29	(7.045.906,29)
Rua das Laranjeiras 475 - RJ	AVAL ENG. CONS.	30.09.97	365.000,00	255.848,24	109.151,76
Av. das Américas, 4430 - lojaG - RJ	CONSULT ENG.	30.11.97	1.011.203,00	1.222.289,18	(211.086,18)
Av. das Américas, 4430 - lojaE - RJ	CONSULT ENG.	30.11.97	674.135,00	944.882,80	(270.747,80)
R. Rodrigo Silva, 26, lj. sbl e sbs - RJ	SENIOR CONS.	30.11.97	2.990.000,00	2.439.966,91	550.033,09
Praça Pio X, 54 - RJ	BEZON ENG.	30.11.97	7.321.000,00	7.436.683,26	(115.683,26)
Rua do Acne, 15 - RJ	BEZON ENG.	30.11.97	4.872.000,00	1.913.726,72	2.958.273,28
Av. Augusto Severo, 84 - RJ	SENIOR CONS.	30.11.97	790.000,00	1.033.527,92	(243.527,92)
Rua Sete de Setembro, 745 - RS	EMBRAVAL	30.11.97	1.914.248,04	3.036.913,81	(1.122.665,77)
Av. Pres. Vargas, 290, lj. sbl e sbs - RJ	SENIOR CONS.	30.11.97	4.200.000,00	4.872.242,12	(672.242,12)
Av. Presidente Antonio Carlos, 51, lj. A, sbl e 201 - RJ	SENIOR CONS.	30.11.97	1.100.000,00	1.235.288,42	(135.288,42)

Notas Explicativas



LOCALIZAÇÃO	EMPRESA AVALIADORA	DATA	VALOR DE REAVLIAÇÃO	VALOR CONTÁBIL	AJUSTE
Rua Flórida, 1970 - SP	CONSULT ENG.	30.11.97	15.956.518,00	19.871.703,02	(3.915.185,02)
Av. das Nações Unidas, 12.995 - SP	CONSULT ENG.	30.11.97	127.607.087,00	114.668.339,32	12.938.747,68
Av. Pres. JK Oliveira, 1830 - SP	CONSULT ENG.	30.11.97	11.500.955,00	5.680.896,50	5.820.058,50
Av. Rio Branco, 1, Ptv. 9/12 - RJ	SENIOR CONS.	30.11.97	12.800.000,00	13.483.334,74	(683.334,74)
Rua Marquês de São Vicente, 99 - RJ	CONSULT ENG.	30.11.97	3.569.339,00	2.566.209,56	1.003.129,44
Prainha do Flamengo, 154, Pav. 3/9 - RJ	PREDICTOR AVAL.	30.11.97	9.919.371,00	8.559.289,97	1.360.081,23
Avenida Chile, 500 - RJ	AVAL. ENG. CONS.	30.11.97	29.224.000,00	39.635.686,11	(10.411.686,11)
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 - SP	CONSULT ENG.	30.11.97	37.806.670,00	40.337.956,30	(2.531.286,30)
Av. Francisco Glicério, 860 - SP	PLANE ENG. CONS.	30.11.97	4.982.622,00	4.987.884,38	(5.262,38)
Av. Paulista, 1842, Pav. 24/25 - SP	CONSULT ENG.	30.11.97	5.604.419,00	7.676.083,20	(2.071.664,20)
Av. Padre Cacique, 708 - RS	EMBRAVAL	30.11.97	1.589.213,53	1.671.221,65	(82.008,12)
Rua Tenente Negrão, 166 - SP	CONSULT ENG.	30.11.97	9.196.265,00	12.007.577,33	(2.811.312,33)
Rua Jacaré, 151 - SP	CONSULT ENG.	30.11.97	11.555.712,00	14.542.697,23	(2.986.985,23)
Rua Sete de Setembro, 111 - RJ	SENIOR CONS.	30.11.97	1.756.000,00	1.350.145,62	405.854,38
Rua Cincinato Braga, 340, Pavs. - SP	CONSULT ENG.	30.11.97	12.128.590,00	14.212.204,37	(2.083.614,37)
Av. Roque Petroni Júnior, 999 - SP	CONSULT ENG.	30.11.97	28.730.046,00	21.405.409,20	7.324.636,80
Av. Pres. Vargas, 3131, sl. 1501/06 - RJ	SENIOR CONS.	30.11.97	4.700.000,00	5.611.374,02	(911.374,02)
Rua da Candelária, 65 - RJ	SENIOR CONS.	30.11.97	13.090.000,00	12.401.132,62	688.867,38
Rua da Quitanda, 196 - RJ	SENIOR CONS.	30.11.97	378.000,00	457.757,00	(79.757,00)
Av. Roque Petroni Júnior, 999 - SP	CONSULT ENG.	30.11.97	11.336.348,00	8.217.511,01	3.118.836,99
Av. Pres. Vargas, 3131, sl. 1601/06 - RJ	SENIOR CONS.	30.11.97	4.709.000,00	5.082.925,41	(382.925,41)
Rua do Carmo, 43, 11° Pav. - RJ	SENIOR CONS.	30.11.97	380.000,00	303.745,52	76.254,48
Av. Rio Branco, 110, 17° Pav. - RJ	SENIOR CONS.	30.11.97	460.000,00	565.685,06	(105.685,06)
Rua da Candelária, 65, 2/3 e II, jirau, gar. - RJ	SENIOR CONS.	30.11.97	5.970.000,00	5.463.601,60	506.398,40
Rua da Quitanda, 196, 30 vagas - RJ	SENIOR CONS.	30.11.97	405.000,00	516.081,70	(111.081,70)
Rua da Candelária, 65, 1822° Pav. 15 vg. - RJ	SENIOR CONS.	30.11.97	6.144.000,00	6.356.385,35	(212.385,35)
Rua da Quitanda, 196, 18 vagas - RJ	SENIOR CONS.	30.11.97	243.000,00	310.749,04	(67.749,04)
Av. Princesa Isabel, 10 - Meridien - RJ	HORWATH CONS.	30.11.97	59.820.710,00	44.042.028,31	15.778.681,69
Rua Gustavo Sampaio, 620 - RJ	HORWATH CONS.	30.11.97	791.685,00	691.714,83	99.970,17
Av. das Américas, 1502, lote 3 - RJ	PREDICTOR AVAL.	30.11.97	26.144.228,00	22.221.130,25	3.923.097,75
Av. Barreto de Menezes, 800, lj 5. - PE	URBANO MÉTRICA	30.11.97	22.300.000,00	15.700.854,68	6.599.145,32
Av. Aruanã, 150, Barueri - SP	CONSULT ENG.	30.11.97	7.202.451,00	9.825.438,66	(2.622.987,66)
Av. Pres. Kennedy, 2213 - SP	PLANE ENG. CONS.	30.11.97	364.476,00	304.669,82	59.806,18
SUBTOTAL			623.634.461,63	592.599.737,07	31.034.724,56
INVESTIMENTOS EM SHOPPING CENTERS					
Rua Pereira Barreto, 42, St. André - SP	PLANE ENG. CONS.	30.11.97	14.425.304,00	14.411.445,96	13.858,04
Rua João Cachoera, 099, Itaim - SP	URBANO MÉTRICA	30.11.97	7.500.000,00	7.103.218,20	396.781,80
Av. Centenário, 2883, Salvador - BA	URBANO MÉTRICA	30.11.97	13.123.700,00	17.825.624,91	(4.701.924,91)
Av. Afonso Pena, 4909, C. Grande - MS	PLANE ENG. CONS.	30.11.97	9.198.584,00	10.256.158,91	(1.057.574,91)
Av. N.S. Navegantes - Vitória - ES	URBANO MÉTRICA	30.11.97	16.610.000,00	17.666.773,99	(1.056.773,99)
Rua Delmiro Gouveia, Aracaju - SE	URBANO MÉTRICA	30.11.97	4.950.000,00	10.425.079,23	(5.475.079,23)
Av. Aricanduva, Shop. Leão - SP	PLANE ENG. CONS.	30.11.97	22.469.400,00	19.304.313,32	2.965.086,68
Av. Isoraida M. Peres, 401, Sorocaba - SP	PLANE ENG. CONS.	30.11.97	16.378.354,00	13.303.449,83	3.074.904,17
Rua Barão de São Francisco, 2305 - RJ	PREDICTOR AVAL.	30.11.97	25.033.524,00	25.261.805,50	(228.281,50)
Av. Suburbana, 5474 - Norte Shopping	PREDICTOR AVAL.	30.11.97	15.927.626,00	14.148.566,00	1.779.060,00
Av. Suburbana, 5474 - Norte Shop. Exp.	PREDICTOR AVAL.	30.11.97	16.809.218,00	14.986.902,92	1.822.315,08
Prc. Oswaldo Cruz - Shopping Curitiba	PLANE ENG. CONS.	30.11.97	29.652.950,00	26.957.850,37	2.695.099,63
Rodovia BR 356, 2500, Pontoe - MG	URBANO MÉTRICA	30.11.97	6.333.050,00	7.882.320,53	(1.549.270,53)
Av. Isoraida M. Peres, 401, Sorocaba	PLANE ENG. CONS.	30.11.97	4.422.156,00	2.959.975,75	1.462.180,25
SUBTOTAL			202.833.866,00	202.693.485,42	140.380,58
TOTAL			933.686.732,33	904.622.764,67	29.063.967,66



5+ PROVISÕES

As provisões para devedores duvidosos e para perdas com investimentos, contabilizadas no Programa de Investimentos da Entidade, estão assim formadas:

Mercado financeiro	15.241.629,15
Investimentos imobiliários	59.981.083,89
Empréstimos / Financiamentos imobiliários	23.841.865,71
TOTAL	<u>99.064.578,75</u>

6+ IMPOSTO DE RENDA

Durante o exercício de 1993, a Entidade obteve ganho de causa em relação à sua imunidade tributária proveniente do imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras. Devido a isto, foram revertidas, naquele exercício, as provisões sobre imposto de renda retido na fonte sobre juros e dividendos e demais rendimentos de capital oriundos de aplicações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 1997, apesar de dispor de decisão transitada em julgado, em mandado de segurança, reconhecendo sua condição de entidade imune à incidência de impostos, inclusive sobre o imposto de renda incidente nas suas aplicações financeiras, a PREVI constituiu um passivo contingencial sobre os rendimentos auferidos em operações financeiras no mercado de renda fixa, em 1997, de acordo com parecer da Gerência Jurídica da Entidade no valor de R\$ 179.142.760,12.

7+ EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Foram registradas contabilmente, neste grupo, as contingências em andamento na PREVI:

PROGRAMA PREVIDENCIAL	181.244.725,73
Processos Judiciais	101.244.725,73
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	695.426.725,55
Imposto de renda sobre investimentos das aplicações financeiras em renda fixa (nota 6)	179.142.760,12
Mercado financeiro de renda variável	7.748.704,88
Investimentos imobiliários	3.000.000,00
Financiamentos imobiliários	505.535.260,55
TOTAL	<u>796.671.451,28</u>

8+ RESERVAS TÉCNICAS E FUNDOS

As reservas matemáticas e o fundo de cobertura de oscilação de riscos (programa previdencial) foram constituídos com base em cálculos atuariais efetuados por profissional habilitado, conforme parecer datado de 16 de janeiro de 1998, e a composição das reservas matemáticas encontra-se demonstrada em consonância com a Portaria SPC n° 146, de 23 de novembro de 1995.

8.1 + RESERVAS MATEMÁTICAS

Em 31 de dezembro, as reservas matemáticas eram compostas:

	1997	1996
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		
Benefícios do Plano	18.553.722.488,62	6.125.943.452,00
Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios (-)	(2.421.721.454,42)	(2.163.210.190,00)
Outras Contribuições da Geração Atual (-)	-	-
Outras Contribuições da Geração Futura (-)	-	-
	<u>16.132.001.034,20</u>	<u>3.962.733.262,00</u>

Notas Explicativas



	1997	1996
BENEFÍCIOS A CONCEDER		
Benefícios do Plano com a Geração Atual	15.472.526.182,20	14.832.040.373,00
Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios da Geração Atual (-)	(2.173.283.209,70)	(2.058.318.800,00)
Outras Contribuições da Geração Atual (-)	(3.541.760.289,90)	(5.945.754.549,00)
Benefícios do Plano com as Gerações Futuras	-	-
Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios das Gerações Futuras	-	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras (-)	-	-
	<u>9.757.482.682,60</u>	<u>6.827.967.023,00</u>
RESERVAS A AMORTIZAR (-)		
Pelas Contribuições Especiais Vigentes (-)	(5.912.568.518,11)	-
Por Ajustes das Contribuições Especiais Vigentes (-)	-	-
	<u>(5.912.568.518,11)</u>	<u>-</u>
TOTAL	<u>19.976.915.198,69</u>	<u>10.790.700.285,00</u>

Esses valores foram obtidos considerando-se o seguinte plano de custeio:

Participantes Ativos - 3% incidentes sobre a parte do salário de contribuição para a Entidade, acrescidos de 2% incidentes sobre a parte deste salário que ultrapasse a metade do valor do teto do salário de benefício do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), mais 8% incidentes sobre a parte deste salário que ultrapasse o referido teto.

Participantes Assistidos - 8% do valor do complemento de aposentadoria.

Patrocinadoras - o dobro do valor das contribuições feitas pelos participantes.

No tocante aos participantes admitidos pelo Banco do Brasil até 14 de abril de 1967, no período de janeiro a novembro de 1997, o dobro do valor de suas contribuições acrescido da diferença, eventualmente verificada, entre o total dos complementos de aposentadoria e 75% do valor das contribuições efetuadas pelos participantes vinculados a este grupo, enquanto em atividade, bem como pelo Banco do Brasil S.A.

A partir de 1º de dezembro de 1997, com base em contrato firmado com o Banco do Brasil S.A., em 24 de dezembro de 1997, o procedimento até então adotado foi alterado, sendo que a contribuição mensal da patrocinadora - equivalente ao total das despesas com complemento de aposentadorias pagas - passou a ser contabilizada como "Contribuição Amortizante Ordinária" (53.6883529 % do total das despesas) e o restante como "Contribuição Amortizante Antecipada".

8.2 • RESULTADO ACUMULADO

O superávit apurado a cada ano é destinado à formação de reserva de contingência, até o limite de 25% do valor das reservas matemáticas. A parcela que exceder a este limite será destinada à constituição do "Fundo de Oscilação de Riscos" de acordo com o Decreto nº. 606 de 20 de julho de 1992.

A PREVI procedeu à reversão da "Reserva de Contingência" constituída até o exercício de 1996, de acordo com o Ofício nº 130/98 - SPC/GAB, de 10 de março de 1998, da Secretaria da Previdência Complementar.

	1997	1996
Até o Exercício Anterior		
Superávit Técnico	-	-
Reserva de Contingência	-	1.210.300.855,06
No Exercício Atual		
Superávit Técnico	-	-
Reserva de Contingência	429.600.057,72	1.487.374.216,19
	<u>429.600.057,72</u>	<u>2.697.675.071,25</u>

8.3 • FUNDOS

O fundo do programa previdencial compreende o fundo de cobertura de oscilação de riscos, calculado atuarialmente; o fundo da carteira de pecúlios (CAPEC) e o fundo de oscilação de riscos (Decreto nº 606/92), que foi constituído com o excedente da reserva de contingência apurado no exercício de 1996, em concordância com a legislação vigente.

	1997	1996
PROGRAMA PREVIDENCIAL		
Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos	1.365.889.434,47	2.571.964.736,99
Fundo da Carteira de Pecúlios (CAPEC)	-	136.815,57
Fundo de Oscilação de Riscos - Dec. 606/92	-	2.452.853.789,99
	<u>1.365.889.434,47</u>	<u>5.024.975.342,55</u>



O fundo do programa administrativo é composto pela diferença entre as receitas e despesas administrativas.

PROGRAMA ADMINISTRATIVO	1997	1996
Fundo de Garantia de Custeio Administrativo	<u>14.360.132,88</u>	<u>9.779.265,85</u>

O fundo do programa de investimentos é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade do seu falecimento e para garantir a quitação de resíduos porventura existentes após o prazo contratual dos financiamentos.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	1997	1996
Fundo de Empréstimos	6.448.844,75	6.336.298,18
Fundo de Financiamentos	218.363.843,59	172.180.725,68
Convênio PREVI x BB x BACEN x CENTRUS	(893.831,21)	-
	<u>223.918.857,13</u>	<u>178.517.023,86</u>

9 • DESTINAÇÃO DO SUPERÁVIT

O superávit destinou-se à formação da "Reserva de Contingência", conforme legislação vigente.

10 • CUSTEIO ADMINISTRATIVO

No Programa Previdencial, o item "Custeio Administrativo" representa o valor das importâncias transferidas ao Programa Administrativo para a cobertura dos seus custos. No Programa Administrativo, o item "Recursos oriundos de Outros Programas" significa o total das transferências mencionadas acima. Com base na reavaliação atuarial anual posicionada em maio de 1997, manteve-se a taxa para o custeio administrativo de 5%, para atender ao disposto na Portaria SPC nº 176, de 26.03.96.

11 • RESULTADO DOS INVESTIMENTOS

Nos Programas Previdencial e Administrativo, o item "Resultado dos Investimentos" representa o valor líquido das importâncias transferidas do Programa de Investimentos aos Programas Previdencial e Administrativo a título de remuneração dos respectivos investimentos líquidos. No Programa de Investimentos, o item "Resultados Transferidos para Outros Programas" é a soma das transferências mencionadas acima.

12 • CARTEIRA DE PECÚLIOS

A Carteira de Pecúlios (CAPEC) executa sob forma e condições fixadas em regulamento próprio, sistema de pecúlios composto de planos, para cobertura de falecimento ou invalidez permanente, mantidos com contribuição específica dos seus participantes. As reservas dos planos de pecúlios são próprias e não se confundem com as do plano de aposentadorias e pensões, apesar de contabilizadas no Programa Previdencial da Entidade.

	BALANÇO	
ATIVO	1997	1996
REALIZÁVEL	<u>5.379.348,48</u>	<u>4.666.629,28</u>
Programa Previdencial	52.212,82	-
Contribuições de Associados BACEN	5.327.135,66	4.666.629,28
Recursos Repassados à PREVI		
TOTAL	<u>5.379.348,48</u>	<u>4.666.629,28</u>



PASSIVO	1997	1996
EXIGÍVEL OPERACIONAL	5.379.348,48	4.509.813,71
Programa Previdencial		
Pecúlios a Pagar	5.378.616,73	4.509.813,71
CPMF a Recolher	731,75	-
FUNDOS	-	156.815,57
Programa Previdencial		
Fundo CAPEC	-	156.815,57
TOTAL	5.379.348,48	4.666.629,28

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

PROGRAMA PREVIDENCIAL	1997	1996
Receitas	49.590.446,77	36.866.493,60
Despesas	(49.747.262,34)	(43.681.024,71)
Reversão de fundos	(3.688.534,75)	(3.403.718,18)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(3.845.350,32)	(10.218.249,29)

13 • ITENS RELEVANTES

Em 23 de dezembro de 1997, foi assinado convênio entre a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, Banco do Brasil S.A., Banco Central do Brasil e Fundação Banco Central de Previdência Privada - CENTRUS, de acordo com o artigo 14 da Medida Provisória nº 1.333-7, de 11 de julho de 1997, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 2.273, de 14 de julho de 1997, cujo objeto era a implementação das medidas necessárias à transferência dos recursos garantidores de reservas matemáticas e à centralização, na CENTRUS, das devoluções e complementações de responsabilidade direta ou indireta da PREVI, do Banco Central do Brasil e Banco do Brasil S.A., enquanto seus patrocinadores, relativas aos funcionários optantes pelo quadro de pessoal do Banco Central do Brasil na forma da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

A Portaria nº 390, de 23 de dezembro de 1997, da Secretaria da Previdência Complementar, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 1997, aprovou o novo estatuto da PREVI, entrando em vigor, também nesta data, o novo regulamento de benefícios da Entidade.

Em 24 de dezembro de 1997, foi assinado contrato entre a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI e o Banco do Brasil S.A. - BB, com a finalidade de disciplinar a forma de custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,6883529% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido ao contingente de participantes admitidas na patrocinadora até 14 de abril de 1967, inclusive, e que tenham se aposentado ou venham a se aposentar após essa data, valor esse dimensionado pelo regime financeiro de capitalização.

14 • EVENTOS SUBSEQÜENTES

A PREVI continuará registrando no "Exigível Contingencial" os efeitos decorrentes da Lei n.º 9.532, de 10 de dezembro de 1997, que prevê a tributação, na fonte, dos rendimentos auferidos pelos investimentos em renda fixa.

A partir de janeiro de 1998, a Entidade passará a lançar no "Exigível Contingencial" os efeitos decorrentes da Lei nº 9.532/97, sobre os rendimentos auferidos pelos investimentos em títulos de renda variável.



Sr. Presidente,

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1998

Informamos que os valores das Reservas Matemáticas, garantidoras dos compromissos assumidos pela PREVI junto aos participantes e beneficiários, considerando o novo plano de benefícios aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, avaliados segundo o regime financeiro de capitalização para todos os benefícios, a serem contabilizados no Balanço da Entidade em 31.12.97 foram dimensionados em:

	Valores em R\$
RESERVAS MATEMÁTICAS	19.976.915.198,69
Benefícios Concedidos	16.132.001.034,20
Benefícios do Plano	18.553.722.488,62
Contr. da Patr. s/ Benef.	-2.421.721.454,42
Outras Contr. da Geração Atual	0,00
Outras Contr. da Geração Futura	0,00
Benefícios a Conceder	9.787.482.682,60
Benef. do Plano Ger. Atual	15.472.526.182,20
Contr. da Patr. s/ Benef. Ger. Atual	-2.173.283.209,70
Outras Contr. da Geração Atual	-3.541.760.289,90
Benef. do Plano c/ Ger. Futura	0,00
Contr. s/ Benef. Ger. Futura	0,00
Outras Contr. Ger. Futura	0,00
Reserva a Amortizar	5.912.568.518,11
Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos	1.365.889.434,47

2. Por oportuno, lembramos que esses valores foram obtidos no pressuposto da manutenção do plano de benefícios e percentuais de contribuição aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar em 24.12.97

* **Participantes em atividade**
3% incidentes sobre o salário de contribuição para a PREVI; acrescidos, quando for o caso, de 2% incidentes sobre a parte deste salário que ultrapasse à metade do valor da Parcela PREVI; mais 8% incidentes sobre a parte deste salário que ultrapasse a Parcela PREVI.

* **Participantes assistidos**
8% do valor do complemento de aposentadoria.

* **Intocináveis**
O dobro do valor das contribuições vertidas pelos participantes, acrescido da contribuição especial devida conforme fixado no contrato firmado entre o Banco do Brasil e PREVI, em dezembro de 1997, em substituição ao compromisso previsto em decorrência do Acordo de 1981 relativamente aos complementos de aposentadoria concedidos e a conceder aos participantes admitidos no Banco do Brasil S.A. até 14.04.1967.

3. A soma dos valores acima, comparada ao Patrimônio Líquido da PREVI, revela que o Plano de Benefícios se encontra em equilíbrio.

Atenciosamente,

Carlos Frederico Tadeu Gomes
Atuário MIBA 679

Márcia Vieira Machado da Cunha Castro
Atuária MIBA 351

Parecer dos Auditores Independentes



Aos diretores, conselheiros, participantes e patrocinadores
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI (Entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos), levantados em 31 de dezembro de 1997 e de 1996, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, apresentados de acordo com a legislação específica aplicável às Entidades fechadas de previdência privada e elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos conforme as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto e (d) a obtenção do parecer do atuário em relação ao montante das reservas e fundos para cobertura do plano de benefícios.
3. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer do atuário quanto à adequação dos cálculos atuariais (reservas técnicas), as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI em 31 de dezembro de 1997 e de 1996, a apuração de seu resultado e o seu fluxo financeiro para os exercícios findos naquelas datas, segundo as normas contábeis específicas da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, descritas na nota 2.
4. Conforme descrito nas notas explicativas 6 e 14, com base em parecer dos seus advogados, a Entidade provisionou o imposto de renda retido na fonte incidente sobre os rendimentos das aplicações em renda fixa auferidos no exercício de 1997. Contudo, em conformidade com a Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, a partir de janeiro de 1998, a Entidade passou a registrar no exigível contingencial, o imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos pelos investimentos em aplicações financeiras.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1998

Paulo Buzzi Filho
Contador
CRC-RJ 071.138-0

Trevisan Auditores Independentes
CRC-SP 13.439 "S" RJ



O Conselho Fiscal da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Diretoria Executiva e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1997. Com base nos documentos examinados, nas análises procedidas, nos esclarecimentos efetuados por membros da Diretoria Executiva da PREVI e/ou seus prepostos, nas reuniões realizadas no período sob exame e no Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal conclui que os atos administrativos praticados obedecem aos preceitos da legislação e do Estatuto da Caixa de Previdência e que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e atividades do exercício, e recomenda sua aprovação pelo Corpo Social.

O Conselho Fiscal registra, ainda, os seguintes destaques:

- a. os valores das Reservas Técnicas foram apurados sob a responsabilidade do serviço atuarial da PREVI e apreciados por auditores independentes;
- b. os desenquadramentos verificados ao final do exercício nas aplicações dos recursos garantidores das reservas técnicas, relativamente aos limites estabelecidos pela Resolução CMN 2.324, de 30.10.96, apresentados no "Demonstrativo Análítico de Investimentos e de Enquadramento das Aplicações", foram comunicados, pela PREVI, à Secretaria de Previdência Complementar, com as justificativas pertinentes a cada caso.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1998.

José Ricardo Sasseron
Presidente

Celene Carvalho de Jesus
Secretária

Carlos Eduardo Teixeira Freire

Paulo Ribeiro Cordeiro

Pedro Carlos de Mello

Parecer do Conselho Deliberativo



Corpo Social e Banco do Brasil S.A.,

Em reunião de 23 de março de 1998, o Conselho Deliberativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, no uso das atribuições conferidas pelo inciso XIV do Artigo 18 do Estatuto da Entidade, examinou o Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Contábeis da PREVI, apresentados pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1997.

Com fundamento nas análises procedidas, bem como nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios emitido pelo Atuário e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis emitidas pelo Contador, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da PREVI e aos princípios legais, e que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades do exercício examinado.

Ressalte-se que o período em destaque marcou o início de uma nova etapa na história da PREVI com a entrada em vigor do novo Estatuto, publicado em 24 de dezembro de 1997 - que ampliou os benefícios ao Corpo Social e estabeleceu um novo modelo de gestão para a Entidade que introduz o poder compartilhado entre os participantes e o patrocinador -, e com a assinatura do contrato com o Banco do Brasil S.A. - que tem por finalidade disciplinar o custeio necessário à constituição de reservas para o pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no patrocinador até 14 de abril de 1967.

Rio de Janeiro (RJ), 23 de março de 1998

Humberto Eudes Vieira Diniz

Carlos Gilberto Gonçalves Caetano

Edson Soares Ferreira

Fernando dos Santos Ferreira

Francisco Teixeira Nobre

João Alfredo Leite Miranda

Paulo Assunção de Sousa

Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

Praia do Flamengo, 78

22.210 030 - Rio de Janeiro (RJ)

Tel.: (021) 553 0050

Fax: (021) 553 3804

Telex: (021) 230 2272

<http://www.previ.com.br>

e-mail: previ@previ.com.br